



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Correio de Sergipe - 24/02/2015

Prefeitos discutem situação de Consórcio em fórum

Prefeitos do Baixo São Francisco e secretários municipais de meio ambiente participaram, ontem, em Nossa Senhora da Glória, do I Fórum de Diálogos 2015 para atualização e demandas do Consórcio de Saneamento Básico do Baixo São Francisco após a entrega do Plano Intermunicipal de Resíduos Sólidos. O evento foi realizado no plenário da Câmara Municipal, com a participação do secretário de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (Semarh), Olivier Chagas.

Na oportunidade, o secretário parabenizou os 13 prefeitos que compareceram ao fórum pelo fato de terem dado demonstração de que estavam entendendo os problemas a enfrentar para o cumprimento do Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Revelou que o caminho para cumprir a lei que prevê o fim dos lixões a céu aberto e a capacitação dos catadores é a construção de aterros sanitários e galpões de triagem. "Poucos municípios têm condições de construir o seu próprio aterro sanitário", avalia.

Segundo Olivier, o Governo de Sergipe, através da Semarh, está fazendo a sua parte. Revelou que vem ajudando aos prefeitos na implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, já tendo desenvolvido sete ações para o Consórcio do Baixo São Francisco: elaboração do Plano Estadual de Regionalização de Gestão dos Resíduos Sólidos; do Plano Intermunicipal de Resíduos Sólidos do Baixo São Francisco; do Plano Estadual de Coleta Seletiva e do Manual de Orientação junto aos municípios para a Coleta Seletiva, assim como a capacitação de catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis, apoio para o fortalecimento dos consórcios públicos

intermunicipais de resíduos sólidos e estudo para viabilização dos planos de aterros sanitários.

Ressaltou que a Semarh continua aberta ao diálogo e parceria dos municípios na questão dos resíduos sólidos. "Agora é preciso resolver os problemas e as pendências, de forma exemplar, para a construção e o funcionamento dos aterros sanitários. Sergipe não é tão grande. Se resolvermos o destino final do lixo, estaremos cumprindo com o que manda a lei e prestando um grande serviço à sociedade", defende.

O superintendente do Consórcio de Saneamento Básico do Baixo São Francisco, Marcos Oliveira, falou que o que vem prejudicando o consórcio é a não realização do contrato de rateio por parte de algumas prefeituras que não encaminharam a matéria para aprovação pela Câmara Municipal. "Poucas prefeituras fizeram isso. Como podemos implantar o consórcio sem o contrato de rateio? Existe uma necessidade urgente da sua aprovação, até porque o Ministério Público deu prazo até o final de março", afirmou, reconhecendo que esse contrato de rateio é o "gargalo" do consórcio.

A superintendente de Qualidade Ambiental e Desenvolvimento Sustentável da Semarh, Vera Cardoso, lembrou que os primeiros passos para o cumprimento da PNRS foram dados com a criação dos consórcios e dos Planos Estadual e Municipais de Resíduos Sólidos. "Estamos chegando ao limite. O Estado não tem mais como segurar; pois a cobrança pelo cumprimento da lei está aumentando. É preciso definir a coleta seletiva e o prazo de validação do consórcio. É preciso sair do discurso e do papel para a construção dos galpões de triagem e aterros sanitários", frisou.